

SERVIÇO DE MANUTENÇÃO E PEÇAS VEÍCULO



AGENTE DE CONTRATAÇÃO

Thalita Tabata de Assis

LICITAÇÃO

Processo Nº 011/2026

Modalidade: Compra direta Nº 010/2026

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PARA O VEÍCULO CAMINHONETE FIAT STRADA, PLACA QXJ-7418, PERTENCENTE À FROTA DO SAAE DE IGUATAMA-MG.

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

2.087 - Operação e Manutenção do Sistema de Água
24. 17 512. 0447 3. 3. 90. 36.00. 00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física
Fonte: 501
2.087 - Operação e Manutenção do Sistema de Água
23. 17 512. 0447 3. 3. 90. 30.00. 00- Material de Consumo
Fonte: 501

CONVÊNIO Nº: Não

OUTRAS INFORMAÇÕES:

ORIGEM DOS RECURSOS FINANCEIROS: Próprio



Serviço Autônomo de Água e Esgoto
RUA DEZOITO N° 61-CENTRO
IGUATAMA-MG- CEP: 38.910-000
CNPJ: 23.441.261/0001-42- TEL: (37)3353-2972

DOCUMENTO DE FORMULAÇÃO DE DEMANDA



REQUISITANTE

Secretaria Requisitante	Setor operacional
Setor/Divisão	Operacional

OBJETO

OBJETO DO GASTO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PARA O VEÍCULO CAMINHONETE FIAT STRADA, PLACA QXJ-7418, PERTENCENTE À FROTA DO SAAE DE IGUATAMA-MG.

JUSTIFICATIVA

Justificativa do gasto:

A presente demanda tem por finalidade a aquisição de peças e a contratação de serviços mecânicos para manutenção corretiva do veículo FIAT Strada, placa QXJ-7418, integrante da frota do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE de Iguatama/MG.

O referido veículo é utilizado diariamente nas atividades operacionais da autarquia, como deslocamento de equipes técnicas, transporte de ferramentas e materiais, atendimento a ocorrências de vazamentos, manutenção das redes de água e esgoto, bem como apoio às demais atividades externas desenvolvidas pelo SAAE.

Após verificação mecânica, foi identificada a necessidade de substituição da bomba de direção hidráulica, bem como a realização de serviços relacionados ao sistema de direção e limpeza de componentes, visando restabelecer o pleno funcionamento do veículo.

A não realização da manutenção poderá comprometer o desempenho do veículo, aumentar o risco de falhas mecânicas e prejudicar a continuidade dos serviços essenciais prestados à população.

2. Impacto na Prestação dos Serviços Públicos:

A indisponibilidade dos veículos compromete diretamente a capacidade do SAAE de responder prontamente às demandas da comunidade, podendo resultar em atrasos na resolução de problemas, como vazamentos, entupimentos e interrupções no fornecimento de água. Dessa forma, a manutenção adequada da frota contribui para a melhoria da infraestrutura de saneamento básico e, conseqüentemente, para a qualidade de vida da população.

Justificativa Legal para Abertura de Processo de Compra Direta:

A abertura do presente processo licitatório na modalidade **compra direta** está em conformidade com a **Lei nº 14.133/2021 artigo 75 paragrafo 7º**, que estabelece as normas gerais sobre



RUA DEZOITO N° 61-CENTRO
IGUATAMA-MG- CEP: 38.910-000
CNPJ: 23.441.261/0001-42- TEL: (37)3353-2972



licitações e contratos administrativos, especialmente no que se refere aos princípios da **eficiência, transparência, isonomia e competitividade**.

Objeto: peças e serviço para manutenção em veículos.

Em observância ao disposto na **Lei nº 14.133/21**, que regula as licitações e contratos administrativos no âmbito da Administração Pública, apresentamos a justificativa para a abertura do processo de Compra Direta visando à Contratação de serviços de manutenção de veículos.

1. Amparo Legal

Em conformidade com o disposto com o art. 75, parágrafo 7º, da Lei Federal n.º 14.133/21, que permite a realização do Compra direta.

2. Necessidade do Serviço ou aquisição.

A manutenção do veículo caminhonete FIAT Strada placa QXJ - 7418, utilizados pelo SAAE de Igatama é fundamental para a execução das atividades operacionais da autarquia, incluindo serviços de manutenção da rede de água e esgoto, atendimento a emergências, deslocamento de equipes e transporte de materiais. A ausência dessa manutenção pode comprometer a qualidade e continuidade dos serviços prestados à população, resultando em falhas operacionais, aumento de custos com reparos emergenciais e possíveis riscos à segurança dos servidores e da coletividade.

Dessa forma, justifica-se a necessidade da contratação de peças para manutenção em conformidade com o artigo 75, parágrafo 7º, da Lei 14.133/21, que exige a formalização e motivação da demanda para contratações diretas, garantindo a economicidade, a eficiência e o interesse público na aplicação dos recursos.

3. Conclusão

Diante da necessidade do fornecimento do serviço e reparo do veículo caminhonete FIAT Strada placa QXJ-7418, da frota do SAAE são indispensáveis para assegurar a eficiência e segurança das operações da autarquia. A realização desse processo licitatório visa garantir a continuidade dos serviços essenciais, evitar prejuízos operacionais e manter a frota em condições adequadas de uso, beneficiando diretamente a população atendida pelo SAAE, propõe-se a abertura do Compra Direta para a aquisição dos produtos, conforme as diretrizes da Lei nº 14.133/21 artigo 75 paragrafo 7º.

TERMOS/CONDIÇÕES CONTRATUAIS

Termos/Condições contratuais:



Serviço Autônomo de Água e Esgoto
RUA DEZOITO N° 61-CENTRO
IGUATAMA-MG- CEP: 38.910-000
CNPJ: 23.441.261/0001-42- TEL: (37)3353-2972



A contratação do serviço, conforme descrição acima destina a atender a demanda do departamento operacional.

Ademais, a forma de contratação se fundamenta no princípio da economicidade, uma vez que a aquisição, por meio de Compra direta, representa a melhor solução, ou solução mais econômica para a prestação do serviço público.

GESTOR

Nome	Cargo	Tel/E-mail	CPF
Ednei Lopes Camargos	Diretor	saae.iguatama@hotmail.com (37) 99113-2329	N° 718.296.106-78

FISCAL

Nome	Tel/E-mail	CPF
Isabelle Khristine Aparecida Peixoto	saae.iguatama@hotmail.com	N° 122.982.696-37

RECURSO

Origem do Recurso	2.087 - Operação e Manutenção do Sistema de Água 25. 17 512. 0447 3. 3. 90. 36.00. 00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física Fonte: 501 2.087 - Operação e Manutenção do Sistema de Água 23. 17 512. 0447 3. 3. 90. 30.00. 00- Material de Consumo Fonte: 501
Nome e nº do Convênio	Não existe

PRAZO

Início da Vigência	Março de 2026
---------------------------	----------------------



Serviço Autônomo de Água e Esgoto
RUA DEZOITO N° 61-CENTRO
IGUATAMA-MG- CEP: 38.910-000
CNPJ: 23.441.261/0001-42- TEL: (37)3353-2972



Término da Vigência **Março de 2026**

EXPECTATIVA DE QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES:

AQUISIÇÃO DE PEÇAS E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PARA O VEÍCULO CAMINHONETE FIAT STRADA, PLACA QXJ-7418, PERTENCENTE À FROTA DO SAAE DE IGUATAMA-MG.

PROCESSO LICITATÓRIO			
Item	Descrição	Unidade	Quant.
01	Bomba de direção	Unidade	01
02	Material para limpeza do reservatório e motor	Unidade	01
03	Óleo de direção	Litros	05
04	Serviço de mão de obra	Serviço	01

Iguatama, 16 de março 2026.

**EDNEI LOPES
CAMARGOS:
71829610678**

Assinado de forma
digital por EDNEI LOPES
CAMARGOS:718296106
78
Dados: 2026.03.16
10:32:33 -03'00'

Ednei Lopes Camargos.
Diretor do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Iguatama – MG



AUTUAÇÃO

Compra direta 010/2025

Aos dezesse dias do mês de março de 2026 (dois mil e vinte e seis), na sede administrativa do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Iguatama - MG, o Agente de Contratação autuou a requisição e demais documentos que compõem o Processo de Licitação inclusive este termo, que segue em anexo.

OBJETO: aquisição de serviços para manutenção de veículos Strada FIAT QXJ-7418 que compõem a frota do SAAE, por hora, para realização de manutenção de veículos utilizados nas atividades diárias no Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) de Iguatama/MG. Em conformidade com o 75, paragrafo 7º, da Lei Federal n.º 14.133/21, conforme solicitação pelo setor operacional.

SECRETARIA REQUISITANTE:

- Setor operacional.

Vale ressaltar que os documentos que foram acostados no processo, estão de acordo com o exigido no artigo 75 inciso II da lei 14.133/21, se não vejamos:

"Não se aplica o disposto no § 1º deste artigo às contratações de até R\$ 8.000,00 (oito mil reais) de serviços de manutenção e de veículos automotores de propriedade do órgão ou entidade contratante, incluído o fornecimento de peças."

Para atendimento ao inciso I, foi apresentada solicitação de abertura de processo licitatório, indicando objeto, valor, período e justificativa para a contratação equiparando ao DFD;

A contabilidade emitiu Impacto Orçamentário cumprindo assim com o disposto no inciso IV, demonstrando possuir recursos orçamentários para a contratação, também foram juntados documentos necessários para aferir a qualificação da empresa que está em dia com os cofres públicos de acordo com inciso V do artigo 72 da lei 14.133/21. Assim como foi justificado a razão do contrato e justificativa do preço em atendimento aos incisos VI e VII do artigo 72 da lei 14.133/21.



Serviço Autônomo de Água e Esgoto
RUA DEZOITO N° 61-CENTRO
IGUATAMA-MG- CEP: 38.910-000
CNPJ: 23.441.261/0001-42- TEL: (37)3353-2972



O SAAE conta com apenas duas caminhonetes Fiat Strada, essenciais para a execução das atividades operacionais, laboratoriais e administrativas do órgão, onde caminhonete encontra-se inoperantes devido a falhas mecânicas e vazamento de óleo do motor, tornando urgente a realização dos reparos para evitar prejuízos na prestação dos serviços públicos essenciais.

A opção pela contratação direta é justificada pela urgência da situação e pela economicidade. A execução dos serviços de manutenção e aquisição de peças na própria cidade reduz custos com deslocamento, evitando despesas adicionais com transporte dos veículos para outra localidade. Além disso, a contratação local permite maior agilidade na conclusão dos reparos, garantindo o retorno rápido dos veículos às suas funções essenciais.

Dessa forma, com fundamento no art. 75, paragrafo 7º, da Lei Federal n.º 14.133/21, e considerando o valor do serviço dentro do limite legal para dispensa de licitação, solicita-se a aprovação da presente contratação direta para a manutenção e aquisição das peças necessárias para os veículos Fiat Strada QUB-5163 da frota do SAAE.

Por fim houve manifestação jurídica de forma positiva e autorização expressa da autoridade superior para efetivação da contratação, assim foram cumpridas todas as determinações necessárias para efetivação contratação, conforme exigido no inciso VIII e III do artigo 72 da lei 14.133/21.

Segue o processo devidamente instruído para autoridade competente para adjudicação, homologação e contratação, se esse for o entendimento.

Thalita Tabata de Assis

Agente de Contratação

SCOM - Sistema de Administração de Compras
SAAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE IGUATAMA
Requisição de Compras



Tipo de Requisição Compras e Serviços Requisição 0
Órgão Requirante SECAO DE ADMINISTRACAO AGUA E ESGOTO
Requirante Final SECAO DE ADMINISTRACAO AGUA E ESGOTO
Solicitação de Despesa Programa de Trabalho Código de Despesas
21/ 2026- 1

Status Req:
FL.
Nº de Itens Solicitados
3

Tipo de Despesa

Item	Descrição do Material / Serviço	Un.	Quantidade.	Vlr Unitário	Vlr Total
3801	BOMBA DE DIREÇÃO	UN	1,000	812,0000	812,0000
3828	MATERIAL PARA LIMPEZA DO RESERVATORIO E MOTOR	UN	1,000	0,0000	0,0000
3678	ÓLEO DE DIREÇÃO	LT	5,000	40,0000	200,0000
Total					1.012,00

Local de Entrega

Qtde Parcelas 1

Justificativa

Os Produtos / Serviços constantes desta Requisição estão previstos no Orçamento Vigente e há saldo orçamento para cobrir a despesa.

Convênio:

Solicitado em

__/__/__

Ordenador da Despesa

__/__/__

Carimbo/Assinatura

Secretário
Carimbo/Assinatura

SCOM - Sistema de Administração de Compras
SAAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE IGUATAMA
Requisição de Compras

Tipo de Requisição Compras e Serviços Requisição 0
Órgão Requirante SECAO DE ADMINISTRACAO AGUA E ESGOTO
Requirante Final SECAO DE ADMINISTRACAO AGUA E ESGOTO
Solicitação de Despesa Programa de Trabalho Código de Despesas
22 / 2026 - 1



Tipo de Despesa

Item	Descrição do Material / Serviço	Un.	Quantidade	Vlr Unitário	Vlr Total
3681	SERVIÇO DE MAO DE OBRA	SV	1,000	0,0000	0,0000
Total					0,00

Local de Entrega

Qtde Parcelas 1

Justificativa

Os Produtos / Serviços constantes desta Requisição estão previstos no Orçamento Vigente e há saldo orçamento para cobrir a despesa.

Convênio:

Solicitado em

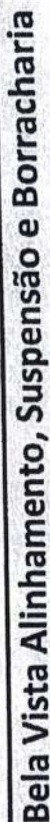
__/__/__

Ordenador da Despesa

__/__/__

Carimbo/Assinatura

Secretário
Carimbo/Assinatura



Rua 163 n 89, Bairro Bela Vista. Iguatama-MG

CNPJ:52.818.022/0001-67

Telephone: 37 99116-3899 / 37 99806-7099

Cliente: SAAE

DATA: 13/03/2026

Veículo: STRADA

Quantidade	Produto ou Serviço	Preço Unitário	Preço Total
1	BOMBA DE DIREÇÃO HIDRÁULICA NOVA	R\$ 975,00	R\$ 975,00
1	MAO DE OBRA PARA TROCA DA BOMBA E REINSTALAÇÃODAS CORREIAS	R\$ 200,00	R\$ 200,00
5	LITROS DE OLEO DE DIREÇÃO HIDRAULICA	R\$ 40,00	R\$ 200,00
1	MATERIAL PARA LIMPEZA DO RESERVATORIO E LATERAL DO MOTOR	R\$ 30,00	R\$ 30,00
VALOR TOTAL ----->			R\$ 1.405,00

ASSINATURA RESPONSÁVEL:

CNPJ: 43.984.423/0001-04

Telephone: 37 99995-3412

DATA: 13/03/2025

Veículo: STRADA			Preço Unitário	Preço Total
Quantidade	Produto ou Serviço			
1	BOMBA DE DIREÇÃO HIDRÁULICA NOVA		R\$ 990,00	R\$ 990,00
1	MAO DE OBRA PARA TROCA DA BOMBA E REINSTALAÇÃODAS CORREIAS		R\$ 230,00	R\$ 230,00
5	LITROS DE OLEO DE DIREÇÃO HIDRAULICA		R\$ 45,00	R\$ 225,00
1	MATERIAL PARA LIMPEZA DO RESERVATORIO E LATERAL DO MOTOR		R\$ 35,00	R\$ 35,00
VALOR TOTAL ----->				R\$ 1.480,00

JESSÉ CALEB CAMARGOS:

CNPJ: 53.437.473/0001-17

Telephone: 37 99198-1293

DATA: 13/03/2026

Veículo: STRADA

Quantidade	Produto ou Serviço	Preço Unitário	Preço Total
1	BOMBA DE DIREÇÃO HIDRÁULICA NOVA	R\$ 982,00	R\$ 982,00
1	MAO DE OBRA PARA TROCA DA BOMBA E REINSTALAÇÃO DAS CORREIAS	R\$ 220,00	R\$ 220,00
5	LITROS DE OLEO DE DIREÇÃO HIDRÁULICA	R\$ 42,00	R\$ 210,00
1	MATERIAL PARA LIMPEZA DO RESERVATORIO E LATERAL DO MOTOR	R\$ 30,00	R\$ 30,00
VALOR TOTAL ----->			R\$ 1.442,00

LEANDRO RIBEIRO NUNES ASSUNÇÃO:

3/2/20

SAAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE IGUATAMA

RUA DEZOITO, 61

BAIRRO CENTRO

Iguatama, MG

CNPJ.: 23.441.261/0001-42

SCOM - Sistema de Administração de Compras

Mapa de Preço Médio - Cotação de Itens por SD

Solicitação de Despesa: 22 / 2026 - 1

Fone...: 0**37-3353-2972

Fax...: 0**37-3353-2972

CEP...: 38.910-000



Seq	Un	Quantidade	Código	Especificação	Vlr. Unitário Médio	Vlr. Total Médio
0001	SV	1,000	00003681	SERVIÇO DE MAO DE OBRA	216,667	216,667
Valor Médio Total:						216,667

SAAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE IGUATAMA

RUA DEZOITO, 61

BAIRRO CENTRO

Iguatama, MG

CNPJ.: 23.441.261/0001-42

SCOM - Sistema de Administração de Compras

Fone...: 0**37-3353-2972

Fax...: 0**37-3353-2972

CEP...: 38.910-000



Mapa de Preço Médio - Cotação de Itens por SD

Solicitação de Despesa: 21 / 2026 - 1

Seq	Un	Quantidade	Código	Especificação	Vir. Unitário Médio	Vir. Total Médio
0001	UN	1,000	00003801	BOMBA DE DIREÇÃO	982,333	982,333
0002	UN	1,000	00003828	MATERIAL PARA LIMPEZA DO RESERVATORIO E MOTOR	31,667	31,667
0003	LT	5,000	00003678	ÓLEO DE DIREÇÃO	42,333	211,667
Valor Médio Total:						1.225,666



Iguatama-MG, 16 de março de 2026.

Assunto: Indicação de Fichas Orçamentárias
Dispensa de Licitação: 011/2026
P.A.L: 011/2026

Ao Departamento de Licitação:

AQUISIÇÃO DE PEÇAS E MANUTENÇÃO PARA O VEÍCULO CAMINHONETE FIAT STRADA, PLACA QXJ-7418, DA FROTA DO SAAE.

24. 17 512. 0447 3. 3. 90. 36.00. 00 01 0501 0000 0000 23. 17 512. 0447 3. 3. 90. 30.00. 00 - Outros Recursos não Vinculados	501	2.087 - Operação e Manutenção do Sistema de Água	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física - Material de Consumo
---	-----	--	---

EDNEI LOPES Assinado de forma
digital por EDNEI
CAMARGOS: LOPES
7182961067 CAMARGOS:718296
10678
8 Dados: 2026.03.16
10:47:04 -03'00'

Ednei Lopes Camargos
Diretor SAAE

Atenciosamente,

gov.br

Documento assinado digitalmente
PATRIK JOSE DA SILVA
Data: 17/03/2026 17:26:42-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Patrick José Silva
Contador CRC MG 124662/O-5

Autorização

Autorizo a abertura de Processo Administrativo de Licitação que tem como objeto **AQUISIÇÃO DE PEÇAS E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PARA O VEÍCULO CAMINHONETE FIAT STRADA, PLACA QXJ-7418, PERTENCENTE À FROTA DO SAAE DE IGUATAMA-MG.**

Iguatama/MG, 16 de março de 2026.

EDNEI LOPES

CAMARGOS:

7182961067

8

Assinado de forma
digital por EDNEI

LOPES

CAMARGOS:718296

10678

Dados: 2026.03.16

11:46:48 -03'00'

Ednei Lopes Camargos

Diretor do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Iguatama-MG.



AUTUAÇÃO

Modalidade de Licitação

O Processo Administrativo de Licitação nº 010/2026 que tem como objeto a **AQUISIÇÃO DE PEÇAS E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PARA O VEÍCULO CAMINHONETE FIAT STRADA, PLACA QXJ-7418, PERTENCENTE À FROTA DO SAAE DE IGATAMA-MG..** Foi **AUTUADO** sob a modalidade compra direta 010/2026.

Iguatama/MG, 16 de março de 2026.

Thalita Tabata Assis
Departamento de Licitação
Agente de Contratação

PARECER JURÍDICO – AUTUAÇÃO COMPRA DIRETA



Parecer Jurídico nº: 14/2026 ASSJUR

Processo Licitatório nº: II/2026

Compra direta nº: 010/2026

Assunto: Compra direta com a finalidade de aquisição de peças e serviços de manutenção de veículo Strada FIAT QXJ - 7418 que compõe a frota do SAAE, por hora, para realização de manutenção de veículo utilizado nas atividades diárias no Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) de Iguatama/MG.

DIREITO ADMINISTRATIVO.
DISPENSA. ANÁLISE DA MINUTA DE
AUTUAÇÃO E SOLICITAÇÃO DO
SETOR OPERACIONAL DE DISPENSA
DE LICITAÇÃO.

I. RELATÓRIO

Trata-se de procedimento administrativo, dispensa de licitação, por meio de compra direta, com finalidade de aquisição de peças e serviços de manutenção de veículo Strada FIAT QXJ - 7418 que compõe a frota do SAAE, por hora, para realização de manutenção de veículo utilizado nas atividades diárias no Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) de Iguatama/MG, fundamentada com os preceitos da Lei Federal nº. 14.133/2021 e demais Decretos Municipais vigentes.

Os autos foram instruídos com os documentos necessários, conforme discriminado pela Lei Federal nº 14.133/2021.

Consoante se extrai do procedimento a necessidade de aludida contratação foi devidamente justificada em documentação elaborada pelo setor operacional da autarquia.

O Setor de Licitações encaminhou os autos para avaliação jurídica por parte desta Assessoria Jurídica, levando-se em consideração o disposto no artigo 53, §4º, da Lei Federal n. 14.133/21.

É o relatório.



2. ANÁLISE JURÍDICA

Preambularmente, é importante destacar que a presente dispensa de licitação será nos termos da Lei nº 14.133/21. A submissão das dispensas de licitações, na Lei 14.133/2021, possui amparo, respectivamente, em seu artigo 53, §1º, inciso I e II c/c o artigo 72, inciso III, que assim dispõem:

“Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.

§1º - Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:

I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;

II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica. ”

“Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexistência e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos”.

Nesse sentido, a presente análise tem a finalidade de verificar a conformidade do procedimento, com as disposições fixadas na nova Lei de licitações, em especial no que tange a possibilidade legal de contratação direta das compras e serviços, tendo por fundamento o artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

Preliminarmente, cumpre esclarecer que, a presente manifestação limitar-se-á à dúvida estritamente jurídica “*in abstracto*”, ora proposta e, aos aspectos jurídicos da matéria, abstendo-se quanto aos aspectos técnicos, administrativos, econômico-



financeiros e quanto a outras questões não ventiladas ou que exijam o exercício de conveniência e discricionariedade da Administração.

Inclusive, entendimento do Tribunal de Contas da União afirma que não é da competência do parecerista jurídico a avaliação de aspectos técnicos da licitação. Acórdão 1492/2021 - TCU PLENÁRIO.

Por essa razão, a emissão deste parecer não significa endosso ao mérito administrativo, tendo em vista que é relativo à área jurídica, não adentrando à competência técnica da Administração, em atendimento à recomendação da Consultoria Geral da União, por meio das Boas Práticas Consultivas - BCP nº 07, qual seja:

O Órgão Consultivo não deve emitir manifestações conclusivas sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, sem prejuízo da possibilidade de emitir opinião ou fazer recomendações sobre tais questões, apontando tratar-se de juízo discricionário, se aplicável. Ademais, caso adentre em questão jurídica que possa ter reflexo significativo em aspecto técnico deve apontar e esclarecer qual a situação jurídica existente que autoriza sua manifestação naquele ponto.

A norma citada acima é fundamental para assegurar a correta aplicação do princípio da legalidade, para que os atos administrativos não contenham estipulações que contravenham à lei, posto que, o preceito da legalidade é, singularmente, relevante nos atos administrativos.

Assim, se faz necessário o exame prévio, para que a Administração não se sujeite a violar um princípio de direito, o que é severamente tão grave como transgredir uma norma.

Por esse motivo, a Constituição Federal em seu artigo 37 estabelece que, a Administração Pública observará os Princípios da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência.

Já no que tange a inafastabilidade do procedimento licitatório, o inciso XXI do artigo retro mencionado assevera que, ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que



estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica, indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Conforme justificativa apresentada pelo setor operacional, considerando que o SAAE dispõe apenas de duas caminhonetes para a execução de todas as suas funções operacionais e que a supracitada em edital apresenta avarias, comprometendo a continuidade dos serviços essenciais de abastecimento e saneamento, e diante da inexistência de oficina especializada para esses serviços específicos que o veículo precisa no município, optou-se pela contratação direta visando à imediata recuperação do veículo, garantindo a continuidade das atividades indispensáveis e evitando prejuízos à coletividade, observando os princípios da legalidade, eficiência e razoabilidade.

Ou seja, a utilização do veículo é necessária para a realização dos serviços essenciais e funcionais da autarquia, diariamente.

Devidamente instruído, o processo fora remetido a esta Assessoria Jurídica, para emissão de parecer acerca da legalidade do procedimento, objetivando a contratação de mão de obra especializada, bem como de peças para realização dos serviços mencionados anteriormente.

Desta feita, como previsto na norma superior, a realização do certame é a regra, contudo, a própria lei de licitações prevê situações em que é mais vantajoso para a Administração, a formalização da contratação direta, ou seja, sem que haja a necessidade do procedimento licitatório.

Assim, conforme previsão do Artigo 75, parágrafo 7º da Lei Federal n.º 14.133/21, que permite a realização do Compra Direta e que também exige a formalização e motivação da demanda para contratações diretas, garantindo a economicidade, a eficiência e o interesse público na aplicação dos recursos.

Com efeito, conforme previsto na norma retrocitada, os critérios se aplicam no caso em tela, uma vez que, consoante disposto no Artigo 75, Parágrafo 7º, da Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021), é autorizado e está em harmonia com a lei a contratação direta, todavia, faz-se necessário transcrever o artigo alhures, que assim dispõe:

Art. 75. É dispensável a licitação:

§ 7º Não se aplica o disposto no § 1º deste artigo às contratações de até R\$ 8.000,00 (oito mil reais) de serviços de manutenção de

veículos automotores de propriedade do órgão ou entidade
contratante, incluído o fornecimento de peças.



Sendo tal possibilidade, conforme se aplica ao caso em tela, discriminada no Artigo 75, inciso II, da Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021), o qual discrimina que:

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras; (Vide Decreto nº 10.922, de 2021) (Vigência) (Vide Decreto nº 11.317, de 2022) Vigência (Vide Decreto nº 11.871, de 2023) Vigência (Vide Decreto nº 12.343, de 2024).

§ 7º Não se aplica o disposto no § 1º deste artigo às contratações de até R\$ 8.000,00 (oito mil reais) de serviços de manutenção de veículos automotores de propriedade do órgão ou entidade contratante, incluído o fornecimento de peças. (Vide Decreto nº 10.922, de 2021) (Vigência) (Vide Decreto nº 11.317, de 2022) Vigência (Vide Decreto nº 11.871, de 2023) Vigência (Vide Decreto nº 12.343, de 2024).

Assim, é preponderante caminhar, doravante, na linha da possibilidade de contratação direta dos serviços, desde que, o valor dispendido no exercício financeiro em curso, para custear a despesa, não seja superior a cinquenta mil reais.

Nessa vereda, e seguindo a recomendação contida na nova lei de licitações, no sentido de que os pareceres jurídicos devam ser redigidos em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica, entendendo ser perfeitamente possível a contratação direta dos serviços, através de dispensa de licitação, com fundamento na Nova Lei de Licitações, desde que observados os requisitos fixados no artigo 72, da Lei nº 14.133/21 a saber:



“Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

- I - Documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;
- II - Estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;
- III - Parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos”.
- IV - Demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;
- V - Comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;
- VI - Razão da escolha do contratado;
- VII - Justificativa de preço;
- VIII - Autorização da autoridade competente”.

Inclusive cumpre recomendar também que, o ato que autorizar a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial, bem como ser divulgado no Diário Oficial dos Municípios por força do disposto no artigo 176, inciso I, da nova Lei de Licitações.

Por conseguinte, pode-se afirmar que, dentro das regras dos valores estabelecidos pela legislação vigente, não há qualquer óbice quanto à pretensão.

Destaca-se, ainda, que nos autos constam os documentos de formalização de demanda e termo de referência, contendo os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar o objeto requisitado.

Consta, ainda, estimativa da despesa, mediante pesquisa direta, através de solicitação formal de cotação e justificativa pela não utilização de pesquisa de preço em bancos de dados públicos.

Nota-se, ainda, que o valor a ser contratado está dentro do limite previsto na Nova Lei, e a realização de procedimento licitatório específico oneraria ainda mais os cofres públicos, haja vista que demandaria a utilização de pessoas, tempo e material para sua conclusão.

Compulsando os autos do processo, verifico que a proposta se amolda perfeitamente nos valores previstos no Artigo 75, inciso II e Parágrafo 7º da Lei nº 14.133/2021.



Da análise do dispositivo acima, pode-se chegar a uma conclusão fundamental no sentido de que, ao estabelecer a licitação como regra, o legislador buscou garantir que a licitação alcançasse suas finalidades essenciais, quais sejam, igualdade de tratamento entre os diversos interessados em contratar com a administração pública, somada à possibilidade de escolher dentre as ofertas apresentadas, aquela que for mais vantajosa ao interesse público.

Como já citado acima, o intuito da dispensa de licitação é dar celeridade às contratações indispensáveis para restabelecer a normalidade. Além disso, a contratação direta não significa burlar aos princípios administrativos, pois a Lei exige que o contrato somente seja celebrado, após procedimento simplificado de concorrência, suficiente para justificar a escolha do contratado, de modo a garantir uma disputa entre potenciais fornecedores.

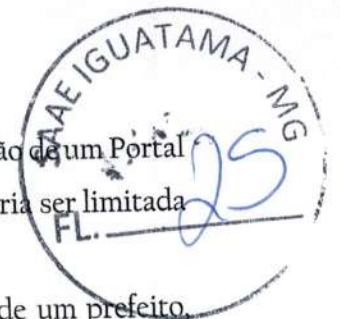
3. DA PUBLICIDADE DOS ATOS NO PNCP

Em resposta à consulta formulada sobre a possibilidade de utilização imediata da dispensa de licitação por valor prevista na nova Lei de Licitações e Contratos, sem que o PNCP, criado pelo artigo 174, da referida Lei, estivesse disponível e as regulamentações de dispositivos legais fossem concluídas, o TCU decidiu, no acórdão 2458/2021-TCU-Plenário, que é possível a utilização do artigo 75, I e II, da Lei 14.133/2021 por órgãos não vinculados ao Sistema de Serviços Gerais (Sisg), do grupo chamado órgãos 'não-Sisg', em caráter transitório e excepcional, até que sejam concluídas as medidas necessárias ao efetivo acesso às funcionalidades do Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

Nesse caso, em reforço à transparência e às publicidades necessárias às contratações diretas, a publicação do ato que autoriza a dispensa ou do extrato decorrente do contrato deverá ser realizada, no mínimo, em sítio da internet, certificado digitalmente por autoridade certificadora, utilizando-se o Diário Oficial da União (DOU) como mecanismo complementar ao portal digital do órgão, até a efetiva integração entre os sistemas internos e o PNCP.

Para o Ministro Relator: “Em resumo, não me parece razoável que seja vinculada a eficácia de uma nova lei, que traz expressamente em seu art. 194 o comando de que

'entra em vigor na data de sua publicação' (1º/4/2021), à necessária utilização de um Portal previsto em seu próprio texto. A referida eficácia da norma somente poderia ser limitada mediante previsão expressa no corpo da lei em análise".



O Tribunal de Contas de Minas Gerais, em resposta à consulta de um prefeito, decidiu que municípios com mais de vinte mil habitantes podem aplicar a Lei 14.133/2021, mesmo durante o período em que o (PNCP) ainda não havia sido implementado. Alternativamente, podem utilizar, antes da implementação do PNCP, sítio eletrônico oficial ou, ainda, caso não disponham do sítio eletrônico, divulgar em diário oficial as informações exigidas pela Lei 14.133/2021. (Processo 1104835 – Consulta. TCE MG Pleno. Deliberado em 6/10/2021).

A implantação do PNCP, ocorreu em 9 de agosto de 2021. O relator propôs a fixação de prejulgamento de tese, com caráter normativo, no sentido de que:

a) a Lei nº 14.133/2021 tem aplicação imediata para os Municípios com mais de vinte mil habitantes, mesmo durante o período em que o Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP ainda não havia sido implementado;

b) os Municípios com mais de vinte mil habitantes que dispõem de sítio eletrônico oficial, que a Lei n. 14.133/2021 em seu art. 6º, inciso LII, conceitua como sítio da internet, certificado digitalmente por autoridade certificadora, no qual o ente federativo divulga de forma centralizada as informações e os serviços de governo digital dos seus órgãos e entidades, poderiam, antes da implementação do PNCP, divulgar e realizar as respectivas contratações em tal local;

c) os Municípios com mais de vinte mil habitantes que não dispõem do referido sítio eletrônico oficial, poderiam, antes da implementação do PNCP, divulgar as informações que a Lei n. 14.133/2021 exige que sejam divulgadas em sítio eletrônico oficial mediante publicação em diário oficial, admitida a publicação de extrato, e, ainda, deveriam disponibilizar a versão física dos documentos em suas repartições, vedada a cobrança de qualquer valor, salvo referente ao fornecimento de edital ou de cópia de documento, que não será superior ao custo de sua reprodução gráfica.

Tribunal de Contas do Maranhão também já tinha decidido sobre. Para fins de cumprimento do princípio da publicidade, à luz da Lei nº 14.133/2021 (nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), enquanto não tivesse sido criado e regulamentado o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), considerava-se atingida a finalidade da lei, a divulgação dos avisos e editais de licitações em sítio eletrônico oficial, bem como no Diário Oficial do Estado, sem prejuízo do cumprimento

das normas específicas de controle externo, com fundamento no artigo 169 e seguintes do mesmo diploma. **Decisão 143/2021 TCE Maranhão Plenário.**

O presente caso se refere a uma consulta formulada pelo Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, Desembargador Lourival de Jesus Serejo Sousa.

A sessão plenária ocorreu no dia 14 de Abril de 2021 e foi decidida por unanimidade pelos Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, nos termos do relatório e voto do Relator, de acordo com o parecer do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas.

É cediço que o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é sítio eletrônico oficial destinado à: I – divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos por esta Lei; II – realização facultativa das contratações pelos órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todos os entes federativos, conforme disposto no artigo 174, da Nova Lei.

Percebemos que a Nova Lei se trata de norma geral, aplicável, por disposição expressa normativa, para todos os entes federados.

Desse modo, podemos concluir que, com a sanção da Lei nº 14.133/2021, o veículo oficial de divulgação dos atos relativos às licitações e contratações públicas passa a ser o Portal Nacional de Contratações Públicas.

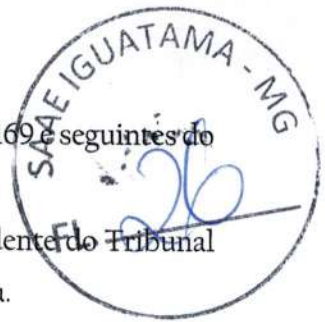
Para reforçar esse entendimento, transcrevo aqui, dentre outras referências, dois dispositivos da citada norma versando sobre a publicidade dos atos licitatórios e contratuais no PNCP. Primeira está contida no artigo 54, que assim dispõe:

“Art. 54. A publicidade do edital de licitação será realizada mediante divulgação e manutenção do inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)”.

Já a segunda, está no artigo 94. Vejamos:

“Art. 94. A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer nos seguintes prazos, contados da data de sua assinatura:

I – 20 (vinte) dias úteis, no caso de licitação;



II – 10 (dez) dias úteis, no caso de contratação direta.

§ 1º Os contratos celebrados em caso de urgência terão eficácia a partir de sua assinatura e deverão ser publicados nos prazos previstos nos incisos I e II do caput deste artigo, sob pena de nulidade. Referidas normas podem induzir a 2 conclusões distintas, ambas, claro, defensáveis, afinal, interpretação implica a busca do melhor significado, dentre os vários possíveis, de um determinado texto normativo”.

Destacamos aqui que é possível a aplicação imediata da Nova Lei de Licitações, independentemente da criação do PNCP, contanto que a divulgação dos respectivos atos ocorra em sítio eletrônico oficial, de forma centralizada, e com acesso ao público.

Então, se a Lei está vigente, portanto, ela pode ser aplicada.

Veja que o legislador, em momento algum, vinculou a vigência da Lei à criação do Portal Nacional de Contratações Públicas, o que pode levar a outra conclusão no que tange à aplicabilidade imediata da Lei nº 14.133/2021.

Diante disso, entendo que o relevante e de interesse público é que ocorra efetivamente a publicação dos instrumentos convocatórios e dos extratos dos contratos, cumprindo dessa forma o princípio constitucional da publicidade.

Assim, concluímos que o a Lei de Licitações está plenamente válida e eficaz, podendo ser utilizada no caso contrato.

Antes de finalizar, compete ressaltar que, o parecer aqui exarado não contempla as hipóteses de fracionamento da despesa, cabendo ao gestor a adoção das medidas administrativas necessárias para evitar o fracionamento da despesa através de contratações formalizadas por dispensa de licitação, pois tal conduta além de ilegal caracterizará afronta as normas e princípios que norteiam a licitação.

4. CONCLUSÃO

Antes de concluir, é importante esclarecer que, apoiado nos sábios ensinamentos do doutrinador HELY LOPES MEIRELLES, todas as considerações aqui expostas, trata-se de uma opinião técnica, de caráter meramente opinativo, não vinculando a Administração ou aos particulares à sua motivação ou conclusões, salvo se aprovado por ato subsequente.

No caso de Dispensa de Licitação, a legislação não impõe regras objetivas quanto à quantidade de empresas chamadas a apresentarem propostas e a forma de seleção da contratada, mas determina que essa escolha seja justificada (Acórdão 2186/2019 TCU Plenário).



Por fim, recomendo ao setor requisitante que sempre analise toda a documentação necessária da empresa que apresentou melhor proposta, para verificação da regularidade fiscal e trabalhista.

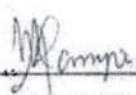
Assim, observadas as prescrições suscitadas acima, vislumbro de plano a existência de autorização legal para contratação direta dos serviços.

Sendo assim, a celebração do contrato não afronta os princípios reguladores da Administração Pública, e neste caso é absolutamente possível a contratação na forma prevista no artigo 75, parágrafo 7º, da Lei nº 14.133/2021.

Dessa forma, observadas as prescrições exaradas nesse parecer, opino favoravelmente pela possibilidade de compra direta de peças e serviços de manutenção para serem utilizadas no veículo por parte do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE de IGUATAMA/MG.

Este é o parecer jurídico, o qual submeto à apreciação e quaisquer considerações das autoridades competentes.

Iguatama/MG, 16 de março de 2026


MARCELA A. S. CAMPOS

OAB/MG 174.432
ASSESSORA JURÍDICA

SAE IGUATAMA - MG
FL. 29

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MINAS GERAIS
POLICIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
INSTITUTO DE IDENTIFICACAO



COLEGAR DIREITO



Assinatura

Maria Aparecida F. de Almeida

CARTEIRA DE IDENTIDADE

IGUATAMA - MG
20

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL	MG-3.444.572	DATA DE EXPEDIÇÃO	24/11/2010
NOME	MARIA APARECIDA FIRME DEOLINO		
FILIAÇÃO	GERALDO FIRME		
NATURALIDADE	FORMIGA-MG		
DOC ORIGEM	CAS	DATA DE NASCIMENTO	17/7/1967
IGUATAMA-MG	CPF	000720626-07	
LEI N° 118 DE 29/08/83			

LETÍCIA ALESSI MACHADO ROGÉDO
ASSINATURA DO DIRETOR



VOCÊ ESTÁ AQUI: [Home](#) > [Cadastro Centralizado de Contribuinte](#)

Identificação
CNPJ-8: 52.818.022
52.818.022 MARIA APARECIDA FIRME DEOLINO

Relação de Contribuintes

UF	CNPJ	IE	Tipo IE	Situação IE	Situação CNPJ	UF Endereço
MG - 31	<u>52.818.022/0001-67</u>	47560060099	IE Normal	Habilitado	Sem restrição	MG

UF	CNPJ	IE	Tipo IE	Situação IE	Situação CNPJ
----	------	----	---------	-------------	---------------



Contribuinte Histórico Mesmo CNPJ em todas as UF

Identificação do Contribuinte

52.818.022 MARIA APARECIDA FIRME DEOLINO

Nome da Empresa:

MG - 31

UF:

52.818.022/0001-67

CNPJ:

Sem restrição

Situação CNPJ:

47560060099

Inscrição Estadual (IE):

Habilitado

Situação IE:

IE Normal

Tipo IE:

4520001

CNAE Principal

10/11/2023

Data Situação na UF:

Dados do Contribuinte

08/11/2023

Nome Fantasia:

Data Início Atividade:

SIMEI

Data Fim Atividade:

Obrigatória

Regime de Tributação:

Microempreendedor Individual (MEI)

Informação da IE como Destinatário:

4520001

Porte da Empresa:

Não informado

CNAE Principal:

Não

Crédito Presumido:

Tipo Produtor:


Dados de Endereço

UF	CNPJ	IE	Tipo IE	Situação IE	Situação CNPJ	UF	Endereço
----	------	----	---------	-------------	---------------	----	----------

3130309 - Iguatama				Município IBGE:		
MG				FL. 33		
R 163				UF de Localização:		
70				Logradouro:		
BELA VISTA				Nro:		
38910000				Complemento:		
				Bairro:		
				CEP:		

[Voltar](#)





SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS

CERTIDÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS

Negativa

CERTIDÃO EMISSA EM:
12/01/2026

CERTIDÃO VÁLIDA ATÉ:
12/04/2026

NOME/NOME EMPRESARIAL: 52.818.022 MARIA APARECIDA FIRME DEOLINO

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 004756006.00-99	CNPJ/CPF: 52.818.022/0001-67	SITUAÇÃO: Ativo
LOGRADOURO: R 163		NÚMERO: 70
COMPLEMENTO:	BAIRRO: BELA VISTA	CEP: 38910000
DISTRITO/POVOADO:	MUNICÍPIO: IGUATAMA	UF: MG

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. Não constam débitos relativos a tributos administrados pela Fazenda Pública Estadual e/ou Advocacia Geral do Estado;

2. No caso de utilização para lavratura de escritura pública ou registro de formal de partilha, de carta de adjudicação expedida em autos de inventário ou de arrolamento, de sentença em ação de separação judicial, divórcio, ou de partilha de bens na união estável e de escritura pública de doação de bens imóveis, esta certidão somente terá validade se acompanhada da Certidão de Pagamento / Desoneração do ITCD, prevista no artigo 39 do Decreto 43.981/2005.

Certidão válida para todos os estabelecimentos da empresa, alcançando débitos tributários do sujeito passivo em Fase Administrativa ou inscritos em Dívida Ativa.

IDENTIFICAÇÃO	NÚMERO DO PTA	DESCRIÇÃO

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no site da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais em www.fazenda.mg.gov.br => certidão de débitos tributários => certificar documentos

CÓDIGO DE CONTROLE DE CERTIDÃO:2026000954825841



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional



**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: 52.818.022 MARIA APARECIDA FIRME DEOLINO
CNPJ: 52.818.022/0001-67

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 14:20:21 do dia 12/01/2026 <hora e data de Brasília>.
Válida até 11/07/2026.

Código de controle da certidão: **E91B.FED6.696C.8C8C**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: 52.818.022 MARIA APARECIDA FIRME DEOLINO (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 52.818.022/0001-67
Certidão n°: 2699712/2026
Expedição: 12/01/2026, às 14:18:19
Validade: 11/07/2026 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **52.818.022 MARIA APARECIDA FIRME DEOLINO (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o n° **52.818.022/0001-67**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas. Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

Certificado da Condição de Microempreendedor Individual



Empresário(a)

Nome Civil

MARIA APARECIDA FIRME DEOLINO

CPF

000.720.826-07

CNPJ

52.818.022/0001-67

Data de Abertura

08/11/2023

Nome Empresarial

52.818.022 MARIA APARECIDA FIRME DEOLINO

Nome Fantasia

Capital Social

10.000,00

Situação Cadastral Vigente

ATIVA

Data da Situação Cadastral

08/11/2023

Endereço Comercial

CEP

38910-000

Logradouro

RUA 163

Número

70

Bairro

BELA VISTA

Município

IGUAÇU

UF

MG

Situação Atual

Enquadrado na condição de MEI

Períodos de Enquadramento como MEI

Período

1º período

Início

08/11/2023

Fim

-

Atividades

Forma de Atuação

Estabelecimento fixo

Ocupação Principal

Mecânico(a) de veículos independente

Atividade Principal (CNAE)

4520-0/01 - Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores

Ocupações Secundárias

Comerciante independente de peças e acessórios novos para veículos automotores

Comerciante independente de peças e acessórios usados para veículos automotores

Comerciante independente de lubrificantes

Atividades Secundárias (CNAE)

4530-7/03 - Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores

4530-7/04 - Comércio a varejo de peças e acessórios usados para veículos automotores

4732-6/00 - Comércio varejista de lubrificantes

Termo de Ciência e Responsabilidade com Efeito de Dispensa de Alvará e Licença de Funcionamento

Declaro, sob as penas da lei, que conheço e atendo aos requisitos legais exigidos pelo Estado e pela Prefeitura do Município para a dispensa da emissão do Alvará e Licença de Funcionamento, compreendidos os aspectos sanitários, ambientais, tributários, de segurança pública, uso e ocupação do solo, atividades domiciliares e restrições ao uso de espaços públicos; autorizo a realização de inspeção e fiscalização no local de exercício das atividades para fins de verificação da observância dos referidos requisitos; e declaro, sob as penas da lei, ter ciência de que o não atendimento dos requisitos legais exigidos pelo Estado e pela Prefeitura do Município poderão acarretar o cancelamento deste Termo de Ciência e Responsabilidade com Efeito de Dispensa de Alvará e Licença de Funcionamento.*

* Declaração prestada pelo empreendedor no ato de registro da empresa.

Este Certificado comprova as inscrições, alvará, licenças e a situação de enquadramento do empresário na condição de Microempreendedor Individual. A sua aceitação está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço: <https://mei.receita.economia.gov.br/certificado>.
Certificado emitido com base na Resolução nº 59, de 12 de agosto de 2020, do Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – CGSIM.

ATENÇÃO: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 52.818.022/0001-67

Razão

52.818.022 MARIA APARECIDA FIRME DEOLINO

Social:

Endereço:

RUA 163 70 / BELA VISTA / IGUATAMA / MG / 38910-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 28/02/2026 a 29/03/2026

Certificação Número: 2026022803256316664330

Informação obtida em 10/03/2026 14:26:57

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR

52.818.022 MARIA APARECIDA FIRME DEOLINO, com sede a rua 163, Nº 86 – Bairro Bela Vista – Iguatama/MG, inscrita no CNPJ sob o nº 52.818.02/0001-67, neste ato representada pelo proprietária Maria Aparecida Firme Deolino, portador da Carteira de Identidade nº MG3.444.372, inscrito no CPF sob o nº 000.720.826-27, para fins de participação na Dispensa Eletrônica nº 032/2025, DECLARA ao Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Iguatama/MG, sob as penas da Lei, para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, referente ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().
O signatário assume responsabilidade civil e criminal por eventual falsidade.

Iguatama, 09 de março de 2026.

Maria Aparecida Firme Deolino

52.818.022 MARIA APARECIDA FIRME DEOLINO

CNPJ: 52.818.022/0001-67

Maria Aparecida Firme Deolino

**MODELO DE DECLARAÇÃO QUE NÃO POSSUI EM SEU QUADRO SOCIETÁRIO SERVIDOR
PÚBLICO DA ATIVA**



52.818.022 MARIA APARECIDA FIRME DEOLINO, com sede a rua 163, N° 86 – Bairro Bela Vista – Igatama/MG, inscrita no CNPJ sob o nº 52.818.02/0001-67, neste ato representada pelo proprietária Maria Aparecida Firme Deolino, portador da Carteira de Identidade nº MG3.444.372, inscrito no CPF sob o nº 000.720.826-27, DECLARA ao Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Igatama/MG, sob as penas da Lei, que não possui em seu quadro funcional servidor público ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação (conforme Lei nº 14.133/2021) e que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, em atendimento à vedação disposta no art. 18, XII da Lei 12.708/2012. O signatário assume responsabilidade civil e criminal por eventual falsidade.

Igatama, 09 de março de 2026.

Maria Aparecida Firme Deolino

52.818.022 MARIA APARECIDA FIRME DEOLINO

CNPJ: 52.818.022/0001-67

Maria Aparecida Firme Deolino



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA



NÚMERO DE INSCRIÇÃO
52.818.022/0001-67
MATRIZ

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO
CADASTRAL

DATA DE ABERTURA
08/11/2023

NOME EMPRESARIAL
52.818.022 MARIA APARECIDA FIRME DEOLINO

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)

PORTE
ME

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
45.20-0-01 - Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
47.32-6-00 - Comércio varejista de lubrificantes
45.30-7-03 - Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores
45.30-7-04 - Comércio a varejo de peças e acessórios usados para veículos automotores

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
213-5 - Empresário (Individual)

LOGRADOURO
R 163

NÚMERO
70

COMPLEMENTO

CEP
38.910-000

BAIRRO/DISTRITO
BELA VISTA

MUNICÍPIO
IGUATAMA

UF
MG

ENDEREÇO ELETRÔNICO
MRCONTABILARCOS@GMAIL.COM

TELEFONE
(37) 3351-2386

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)

SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
08/11/2023

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 08/11/2023 às 11:36:29 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE



52.818.022 MARIA APARECIDA FIRME DEOLINO, com sede a rua 163, N° 86 – Bairro Bela Vista – Iguaatama/MG, inscrita no CNPJ sob o nº 52.818.02/0001-67, neste ato representada pelo proprietária Maria Aparecida Firme Deolino, portador da Carteira de Identidade nº MG3.444.372, inscrito no CPF sob o nº 000.720.826-27, DECLARA ao Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Iguaatama/MG, sob as penas da Lei, que não foi declarada inidônea nem suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do inciso III do artigo 156 da 14.133, de 1 de abril de 2021 e suas alterações, bem como comunicará qualquer fato ou evento superveniente à entrega dos documentos para cadastramento, que venha alterar a atual situação quanto à capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e econômico-financeira. O signatário assume responsabilidade civil e criminal por eventual falsidade.

Iguaatama, 09 de março de 2026.

Maria Aparecida Firme Deolino

52.818.022 MARIA APARECIDA FIRME DEOLINO

CNPJ: 52.818.022/0001-67

Maria Aparecida Firme Deolino



Serviço Autônomo de Água e Esgoto

RUA DEZOITO N° 61-CENTRO
IGUATAMA-MG- CEP: 38.910-000
CNPJ: 23.441.261/0001-42- TEL: (37)3353-2972



RATIFICAÇÃO – O Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Iguatama- MG, torna pública a **RATIFICAÇÃO** do Processo licitatório nº 011/2026 modalidade **Compra Direta N° 010/2026**, que por objeto **AQUISIÇÃO DE PEÇAS E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PARA O VEÍCULO CAMINHONETE FIAT STRADA, PLACA QXJ-7418, PERTENCENTE À FROTA DO SAAE DE IGUATAMA-MG. Ratifico a contratação da empresa 52.818.022 MARIA APARECIDA FIRME DEOLINO**, inscrita no CNPJ N° 52.818.022/0001-67 com o valor global de **R\$ 1.404,99 (um mil quatrocentos e quatro reais e noventa e nove centavos)**. A presente contratação possui amparo legal no artigo 75, §7° da Lei 14.133/202. Iguatama/MG, 16 de março de 2026 – **Ednei Lopes Camargos - Diretor do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Iguatama- MG.**

EDNEI LOPES

CAMARGOS:

71829610678

Assinado de forma
digital por EDNEI LOPES
CAMARGOS:718296106
78

Dados: 2026.03.16
12:09:10 -03'00'

Ednei Lopes Camargos

DIRETOR DO SAAE

SAAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE IGUATAMA
SALC - Sistema de Administração de Licitações e Contratos
PUBLICENTER - Sistema Integrado Para Gestão Pública.
Relação de dados da abertura do processo.



DADOS DO PROTOCOLO

Número/Ano	0000011/2026	Forma de solicitação	Ofício
Data do protocolo	16/03/2026	Rota	0001
Tipo de processo	Licitações em Geral	Orgão receptor	SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO
Assunto	Abertura de Licitação	Unidade recebedora	Departamento de Licitação
Sub Assunto	Autuação do Processo	Setor receptor	Departamento de Licitação
Justificativa	Atender as Necessidades do Município	Responsável	Thalita Tabata de Assis
Requerente	SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO		

DADOS DO PROCESSO DE LICITAÇÃO

Nº do processo/Ano	0000011/2026	Orçamento	Não Sigiloso	Natureza do objeto	Compras e outros serviços
Data de Processo	16/03/2026			Critério de julgamento	1 - Menor preço
Código/Ano da portaria	0000002/2026 - 3			Forma de pagamento	30 dias
Modalidade	08 - Dispensa	Nº	0010	Data de entrega dos envelopes	16/03/2026 Hora 09:00
Descrição pessoal	00010 - COMPRA DIRETA			Julgamento	16/03/2026 Hora 10:00
Natureza do procedimento	1 - Normal			Diversas secretarias	
Orgão gestor	SECAO DE ADMINISTRACAO AGUA E ESGOTO				

RESPONSÁVEIS

Nome do responsável	Documento	Responsabilidade
000015 - Ednei Lopes Camargos	718.296.106 - 78	01 - Autorização para abertura do procedimento de dispensa ou inexigibilidade
000007 - ISABELLE KHRISTINE APARECIDA PEIXOTO SILVA	122.982.696 - 37	02 - Cotação de preços
000010 - PATRIK JOSÉ DA SILVA	122.806.966 - 22	03 - Informação de existência de recursos orçamentários
000015 - Ednei Lopes Camargos	718.296.106 - 78	04 - Ratificação
000005 - THALITA TABATA DE ASSIS	088.168.746 - 43	05 - Publicação em órgão oficial
000009 - MARCELA APARECIDA SILVA CAMPOS	109.850.246 - 90	06 - Parecer Jurídico

DOCUMENTOS PUBLICADOS

Órgão do Edital 040101 - SECAO DE ADMINISTRACAO AGUA E ESGOTO

Veículo de divulgação	Documento publicado	Data
ASSOCIAÇÃO MINEIRA DE MUNICIPIOS	Aviso de Licitação	17/03/2026

SOLICITAÇÃO DE DESPESA

Secretaria 040101/2026 - SECAO DE ADMINISTRACAO AGUA E ESGOTO

Número da requisição

Número da S.D. 000021/2026 - 1

Número da S.D. 000022/2026 - 1

DOTAÇÕES DO PROCESSO

Nenhuma dotação encontrada

OBJETO DA LICITAÇÃO

AQUISIÇÃO DE PEÇAS E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PARA O VEÍCULO CAMINHONETE FIAT STRADA, PLACA QXJ-7418, PERTENCENTE À FROTA DO SAAE DE IGUATAMA-MG.



Processo Administrativo 11 / 2026 Modalidade : 10 / 2026 COMPRA DIRETA
Finalidade Pretendida
AQUISIÇÃO DE PEÇAS E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PARA O VEÍCULO CAMINHONETE FIAT
STRADA, PLACA QXJ-7418, PERTENCENTE À FROTA DO SAAE DE IGUATAMA-MG.

Empresas Concorrentes

Nome Fornecedor 52.818.022 MARIA APARECIDA FIRME DEOLINO
Endereço 163 Numero 70
Bairro Bela vista
Nome Cidade Igatama UF MG
CEP 38.910.000
Telefone (37) 3351-2386
CNPJ 52.818.022/0001-67 Inscrição Estadual Isento
Valor 1.404,99
Condição de Pgto 30 dias

Empresa Vencedora

Nome Fornecedor 52.818.022 MARIA APARECIDA FIRME DEOLINO
Endereço 163 Numero 70
Bairro Bela vista
Nome Cidade Igatama UF MG
CEP 38.910.000
Telefone (37) 3351-2386
CNPJ 52.818.022/0001-67 Inscrição Estadual Isento
Valor 1.404,99
Condição de Pgto 30 dias

Observação:

Igatama , 16 de MARCO de 2026

Membros da Comissão Julgadora

Agente de Contratação : _____ Equipe de Apoio : _____
Equipe de Apoio : _____ Equipe de Apoio : _____

Carimbo/Assinatura